

---

## A ATUAÇÃO DA MILITANCIA NEGRA ACADÊMICA PÓS-1964 E SEU LEGADO CONTEMPORANEO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

---

Marize Conceição<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O povo negro esteve presente em todos os momentos da vida política do Brasil, apesar desta atuação ter sido invisibilizada por muito tempo pela historiografia oficial. Neste artigo, fruto de nossa pesquisa de mestrado, tomamos como objeto de análise as ações da militância negra no período do governo militar no Brasil e sua contribuição para os estudos das relações raciais, a partir da luta de combate ao racismo na sociedade brasileira e pela democratização da educação.

Partindo do pressuposto que a partir da década de 60 os movimentos negros intensificaram a luta pela inserção educacional do povo negro nas universidades, tendo em vista a luta pela democratização da educação procuro saber como se deu ou não a participação da juventude e em particular da juventude negra neste período.

Vários autores, como Andrews (1998), Nascimento (2003), Abdias (1981), Siss (2008), nos seus estudos, apontam que ao longo do século XX, com a exclusão socioeconômica da população negra, houve um crescente de iniciativas desta população no sentido de lutar por sua inserção socioeconômica, cultural e cidadã. Apesar das adversidades, alguns negros forjaram condições para a construção da leitura e escrita, através da qual puderam de alguma forma inserir-se socialmente. Ainda no século XIX, nos centros urbanos, temos registro da criação de folhetos e jornais que divulgavam algumas ações da população negra, apontando a existência de uma pequena parcela letrada no seio desta população.

O reconhecimento por parte dessas lideranças negras, da necessidade e importância da escolarização da população afrobrasileira era denunciada na imprensa negra ao longo do século passado, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul<sup>2</sup>. A existência desses periódicos por si só já demonstra a presença de um grupo letrado de Afro-brasileiros por todas as regiões do Brasil. Através desses

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Professora da SEMEd/Nova Iguaçu e do Curso de Pós-Graduação Lato-Senso MEC/UNIAFRO/UFRRJ Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola

<sup>2</sup> Jornais como O Exemplo 1892-1930, A Alvorada 1907-1965, O Menelick 1915, A Voz da Raça, O Quilombo 1946-1950, entre outros.

periódicos, foi possível a esses grupos de homens e mulheres, denunciarem o racismo imposto a toda população negra a partir da premissa de uma suposta democracia racial que dificulta a inserção dessa camada significativa da população brasileira como beneficiários da produção de bens econômicos e culturais. Assim percebe-se que:

O que torna o reconhecimento de uma questão racial tão problemático é a existência de uma ideologia de igualdade racial com base na miscigenação que não encontra respaldo na vida social [...] onde as diferenças raciais não são tomadas como simples diferenças, mas sim como indicio de desigualdade e inferioridade. (SEYFERTH, 1989, p. 30)

A luta pela cidadania levou parte dessa militância negra a se aproximar dos partidos de oposição aos governos, já que a suposta “democracia racial” dificultava a discussão a cerca do racismo no seio da sociedade brasileira. Como afirma Ianni (2004, P. 349), a partir de 1964, sob a ditadura militar, as linhas principais da problemática racial continuaram a ser aquelas desenvolvidas após a Revolução de 1930: democracia racial, racismo disfarçado, indigenismo, raça e classe.

Pressuposto, a militância negra, procurou combater o racismo através da mudança social. Assim, esta militância se tornou uma força significativa na luta por um país melhor, uma vez que no bojo de suas reivindicações perpassava as reivindicações de outros segmentos sociais. Essa militância permite que se perceba uma reunião de forças entre as organizações negras e sua militância junto a sindicatos, movimentos estudantis e partidos políticos na luta contra a repressão política e mais precisamente na luta contra a discriminação racial e todas as formas de exclusão da população negra.

## **A MILITÂNCIA NEGRA E O REGIME MILITAR**

Com a implantação do regime militar em 1964, amplia-se a criação de dossiês que continham relatórios sobre diversos assuntos, pessoas e segmentos sociais. Eram esses dossiês que geravam as informações para as policias políticas regionais e nacionais. Para os militares, cujo projeto político tinha como base à “ordem social”, tudo e todos que geravam “desordem” eram vistos como subversivos ou comunistas e contrários ao regime. Desta forma, as ações dos movimentos negros contrariavam a Lei de Segurança Nacional de 29/09/1969 e a questão racial integrava os crimes previstos na legislação militar.

Ficou bem mais difícil falar em democracia racial em um país no qual o povo em formação foi jogado de novo ao nível de simples população de trabalhadores. Esse processo disfarçou-se sob a tese de que as pessoas,

os grupos, as associações, os movimentos sociais, os partidos políticos, as idéias, podiam ser suspeitos, perigosos, nocivos à segurança do Estado. (IANNI, 2004, p. 349)

Neste contexto, eram alvo do regime militar todos aqueles considerados comunistas, entre eles estudantes, sindicalistas, religiosos, políticos e em cada um desses segmentos obviamente poder-se-ia encontrar militantes negros. Assim sendo, a militância negra filiada ou não aos partidos de esquerda era considerada inimigos do regime político vigente. Segundo Abdias Nascimento:

A questão racial virou assunto de segurança nacional, a sua discussão era proibida. Fui incluído em diversos inquéritos policiais militares, sob a estranha acusação de que seria encarregado de fazer a ligação entre o movimento negro e a esquerda comunista. (SEMOG, 2006, p. 96).

Para os militares o movimento negro era um objeto de manipulação dos comunistas que o utilizavam para “reavivar e agravar tensões sociais e no caso do movimento negro, valendo-se da questão racial.” (FICO, 2001, p. 188). Kössling, em sua dissertação de mestrado<sup>3</sup> aponta que ao longo do século XX, os movimentos negros estiveram sob vigilância e repressão, sobretudo entre os anos de 1964-1983. Segundo a historiadora, “desde a década de 1940 os movimentos negros foram sistematicamente vigiados e reprimidos pelo DEOPS, uma vez que a polícia política entendia esses movimentos como subversivos que levariam a uma crise que poderia gerar conflitos raciais a “democracia racial” brasileira.

Tais conflitos ficaram mais visíveis a partir da inserção socioeconômica de uma pequena parcela da população afrobrasileira que com a ampliação do mercado de trabalho gerado pelo “Milagre Brasileiro” durante o governo dos militares, pode vivenciar uma certa mobilidade social, principalmente devido sua entrada nas universidades possibilitada pela reforma no ensino superior ocorrida neste período, como nos informa Pereira (2008, p. 99).

Partindo desse pressuposto, em uma leitura mais atenta ao material divulgado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pela SEPPIR, o catálogo: DIREITO A MEMÓRIA E A VERDADE<sup>4</sup>, é possível perceber que dos 40 militantes negros e negras de esquerda que participaram da luta armada e

---

<sup>3</sup> AS LUTAS ANTI-RACISTAS DE AFRO-DESCENDENTES SOB VIGILANCIA DO DEOSP/SP, Karin Sant’Anna Kössing. São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado em História Social USP.

<sup>4</sup> Programa Direito à Memória e a Verdade do governo federal. Lançada no Palácio do Planalto, em Brasília. Foram produzidas em parceria com a SEPPIR, cartilhas com a história de 200 negros e negras desaparecidos durante a Ditadura.

foram mortos durante o regime militar, dezoito destes eram estudantes universitários ou profissionais com ensino superior. Como exemplo, podemos citar negros como Joel Rufino dos Santos, professor universitário, atuante no movimento estudantil em 1964, exilado, ao voltar ao Brasil, foi para São Paulo e entrou para ALN (Aliança Libertadora Nacional) quando perseguido pelo DOI-COD foi preso e condenado a quatro anos de prisão. Conforme depoimento dado a Haroldo Costa:

Estava na mira da Operação Bandeirante, DOI-COD e fiquei três dias preso no Carandiru, de triste memória. Quando fui condenado a quatro anos de reclusão, transferiram-me para o presídio do hipódromo. Lá passei a ser a ligação entre o comando constituído por presos políticos e os presos comuns, o que também não foi fácil. Tinha um preso, cujo apelido era Pelezinho, que não entendia como eu, sendo negro, estava com os que ele chamava de terroristas e que acreditava ter algumas regalias e não com ele e os outros, negros e mulatos, que eram o povão [...] (COSTA, 2009, p. 29)

Neste período, havia uma vigilância cerrada às universidades, sendo de conhecimento da polícia política toda rotina acadêmica: cursos, debates, shows, seminários, circulação de panfletos, cartazes, atuação de professores e alunos e alguns jovens negros estavam atuando nesses espaços.

A leitura de textos historiográficos sobre este período, sempre nos remetera a indagação a respeito desta militância negra, uma vez que, se pensarmos que uma parte considerável da militância de esquerda eram jovens universitários, quem eram esses universitários ou acadêmicos afrodescendentes que lutaram ou foram perseguidos pelos militares? Em quais universidades eles estudavam ou atuavam e como se dera esta atuação? Pensar como se processavam as relações étnico raciais nessas universidades e nos movimentos de luta contra o governo autoritário, bem como, a formação de um contingente intelectual negro a partir da década de 70 que através de sua mobilização retomaram ou recriaram diversas formas de inserção e legitimação de sua presença nos meios acadêmicos, seja promovendo congressos, eventos culturais, ou até mesmo criando institutos de pesquisa da cultura afro-brasileira.

Aprofundar essas reflexões, de forma a poder contribuir na formação de jovens negras e negros a partir de elementos concretos da participação e presença de Afro-brasileiros nos mais diversos setores de luta do povo brasileiro. Neste período histórico, ou também neste período histórico, percebemos uma invisibilidade da ação do povo negro nos documentos oficiais. A luta contra os governos autoritários, sempre apareceu

na mídia, nos livros e na historiografia sobre o assunto como uma ação de jovens estudantes, intelectuais, sindicalistas brancos, dada a invisibilização dos demais.

Mesmo aqueles militantes de origem afro-brasileira como Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) é apresentado nos livros e no cinema como branco, ou mesmo Osvaldo Orlando da Costa o “Osvaldão”, militante negro do PCdoB, executado em 1974, atleta do Botafogo, que foi estudante de Engenharia de Minas, em Praga,<sup>5</sup> sequer aparece nos livros que tratam da ditadura militar, apesar de ter tido forte atuação no Araguaia. O que justifica o não reconhecimento da presença desses militantes políticos?

Pesquisas sobre o governo autoritário no Brasil somam-se a cada ano, no entanto, raras são aquelas que buscam mostrar a presença do negro neste momento importante da História republicana. Jovens que em várias frentes de luta, denunciaram o racismo e lutaram pela redemocratização do nosso país, furando o cerco e chegando as universidades, atuando dignamente na luta por uma sociedade justa e democrática. Entendemos que registrar a luta do povo negro na história política do Brasil contribuirá para o fortalecimento da identidade étnico racial da população afro-brasileira, trazendo para os jovens alunos e alunas referenciais contemporâneos da luta e resistência negra e ao mesmo tempo combater o racismo institucional fora da invisibilidade da presença do negro na História desse país.

Essa temática é relevante na medida em que o conhecimento produzido pode trazer luz nova às relações étnico raciais no Brasil e nova luz a história no processo de democratização das relações entre brancos e negros e ainda por “escovar a história a contra pelo” como diria Benjamim<sup>6</sup> no sentido de visibilizar os papéis que a juventude negra e sua luta pela educação desempenharam nos anos da chamada ditadura militar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos seus artigos 26,26 A e 79 B, Lei 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), aponta a necessidade de políticas educacionais e estratégias

---

<sup>5</sup> Mineiro de Passa Quatro morou em São Paulo e no Rio de Janeiro onde se formou Técnico de Construção de Maquinas e Motores. Viagou para a antiga Tchecoslováquia, onde cursou até o 3º ano de Engenharia de Minas, em Praga. Relato consta na publicação *Direito a Memória e á Verdade da Secretaria Especial de Direitos humanos da presidência da Republica.*

<sup>6</sup> Walter Benedix Schönflies Benjamin (1892/1940). *Crítico Literario*, tradutor, ensaísta, filosofo e sociologo judeu alemão.

pedagógicas que valorizem a diversidade e possibilitem a superação das desigualdades etnicorraciais presente na educação escolar brasileira e em toda a sociedade.

Tais desigualdades, geradas pelo racismo, via de regra, desqualifica os negros de forma velada ou explicita, denotando uma superioridade embasada numa hierarquia sócio econômica desigual alertando que “a crença no branqueamento não desapareceu [...], constitui quase um dogma na sociedade brasileira, [...] o ideário mestiçamento ambíguo da democracia racial, que proclama a igualdade de todos mas quer cada um no seu lugar.” (SEYFERTH,1989)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Institucionalizado, o racismo brasileiro incorporou praticas cotidianas no âmbito da sociedade e de todo sistema educacional e acadêmico que determinam o “lugar do negro”. Assim posto, quando este consegue furar o cerco e chegar aos lugares destinados aos brancos, há um estranhamento em relação a sua presença e suas ações são silenciadas ou desvalorizadas.

Kabengele Munanga (2003) no prefacio do livro “Afro-brasileiros, cotas e ações afirmativas” aponta que “a educação é o umbigo de todos os mecanismos que explicariam a invisibilidade do negro”, e segundo Siss (2003), desde o inicio do século XX a população negra através de suas organizações vem pressionando o Estado brasileiro para o estabelecimento de políticas que garantam o direito a educação a todos os Afro-brasileiros. Aponta também a importância da luta pela mudança nas relações entre a sociedade civil e o Estado desempenhada pelos diversos movimentos sociais, entre eles o movimento negro, que a partir da década de 70, sob o regime militar, reemergiram ou fortaleceram suas ações e junto a outros segmentos sociais na luta pela redemocratização do país, forjou a partir dos anos 70 a entrada de negros e negras nas universidades brasileiras (SISS, 2011). O que nos mostra que a maior inserção de Afro-brasileiros no meio acadêmico é parte da luta do movimento negro contra o racismo, pelo direito a educação.

Pereira (2008) aponta que a partir da década de 1970, com desenvolvimento econômico do país, foi possível a constituição de uma incipiente classe media negra, o que favoreceu a entrada desses nas universidades, ainda que naquele momento, em pequeno número. O que certamente não minimizou o preconceito racial, ao contrario, estudos demonstram que a entrada do negro na classe media evidencia o racismo brasileiro, como nos mostram as pesquisas feitas por Hasenbalg (1979).

A militância negra no período áureo do regime militar, por todo Brasil, criou diversas organizações de luta contra o racismo e de busca pela cidadania plena dos Afro-brasileiros, organizando encontros, seminários, congressos, atividades culturais com o intuito de discutir e buscar alternativas para a luta contra o racismo institucionalizado na sociedade brasileira. Neste momento, a forte repressão política ainda obrigava parte da militância a clandestinidade ou ao recolhimento, como nos informa Yedo Ferreira em seu depoimento:

Praticamente a minha vida foi de militância política. Por várias razões. A passagem para o movimento negro se dá justamente em 1968, depois do Ato Institucional Nº 5. Porque o Partido Comunista via um caso de perigo, conforme estava o país, uma ditadura forte... Então se viu que havia a necessidade de se resguardar, da seguinte forma: desativando todos os quadros que eles consideravam queimados, [...] como era o meu caso, estes ficavam desativados. (CONTINS, 2003, p.88).

Este fato imputou maior responsabilidade na organização do movimento negro, aos novos militantes, como informa Pereira (2008), pois estes ainda se viam de alguma forma “vigiados” pela polícia política que ainda imputava extermínio físico sistemático, prisão e torturas dos militantes de esquerda e de todos aqueles que se colocavam contra a repressão.

A atuação da militância negra sistemática ou não nos partidos de esquerda se deu pelo fato de entenderem que o racismo é também um elemento do capitalismo e que a verdadeira democracia racial por qual lutavam só seria alcançada com a implantação do socialismo no Brasil. A partir desta premissa, alguns militantes negros se aproximaram da Convergência Socialista, atuaram também no movimento estudantil ou no Partido Comunista e como a Lei de Segurança Nacional de 1969, considerava crime incitar o ódio ou a discriminação racial, entendiam o movimento negro como subversivo e desagregador da sociedade brasileira.

Carlos Fico (1997) aponta como “não adaptados” aqueles que se opunham ao regime militar. Segundo ele, os militares identificavam os ‘inimigos’ não como alguém que tinha outros planos para seu país, mas como um ‘desajustado’, incapaz de perceber os benefícios da nova era (FICO, 1997, p.125). Percebemos então que onde quer que estivesse atuando, a militância negra atravessou as fronteiras étnicas impostas pela sociedade racista, seja a partir de sua entrada nas universidades ou com sua atuação política, o que não impediu a invisibilização desses atores na produção historiográfica pertinente ao período do governo militar no Brasil, uma vez que:

As fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias individuais, estas distinções são mantidas.” (BARTH, 2000, p.26).

A análise dos documentos oficiais do período militar, das bibliografias, dos relatos e biografias dos militantes de esquerda e pessoas do movimento negro do Rio de Janeiro que tiveram atuação política nos movimentos negros, nas universidades e em atividades culturais entre os anos de 1964 e 1985, nos possibilitou mostrar que se em boa parte a luta contra o regime militar se deu principalmente entre atores esclarecidos da população brasileira, notadamente entre estes estavam alguns homens e mulheres negros e negras. Eram muitas as frentes de luta naquele momento e o movimento negro direcionou suas ações para o combate ao racismo e para a construção da cidadania da população afro-brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). São Paulo. Edusc, 1998.

ARNS. D.PAULO EVARISTO. Brasil: nunca mais. Petrópolis. RJ. Vozes, 1986

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BRASIL. Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10/01/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U., Poder Executivo, Brasília, 23 /12/ 1996.

COSTA, Haroldo (org.). Fala, crioulo. Rio de Janeiro Record, 2009.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

FICO, CARLOS. Como eles agiam. Rio de Janeiro. Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Alem do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro. Record. 2004

\_\_\_\_\_. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KÖSSING, Karin Sant'Anna. As Lutas Anti-Racistas De Afro-Descendentes Sob Vigilância Do Deosp / Sp.. Dissertação de Mestrado em História Social USP. São Paulo, 2007.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília. MEC/SECAD, 2005.

\_\_\_\_\_. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade Nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

PEREIRA, Amauri Mendes. Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

\_\_\_\_\_. SILVA, Joselina da. (Organizadores). Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.12, n.º 3, 1989.

ROMÃO, Jeruse (org.). História da Educação dos Negros e outras histórias. SECAD/ MEC. Brasília: 2005.

ROCHA, José Geraldo da. Teologia e Negritude: um estudo sobre os agentes de Pastoral Negros. Santa Maria – RS: Pallotti, 1998.

SEMOG, Ele; Nascimento Abdias. O griot e as muralhas. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SEYFERTH, Giralda. As Ciências Sociais no Brasil e a Questão Racial. In: SILVA, JOEL da; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (orgs.). Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

SISS, Ahyas. Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, PENESB, 2003.

\_\_\_\_\_. MONTEIRO, Aloisio. Educação e etnicidade: diálogos e ressignificações. In: BACKES, José Licínio. Pesquisas étnico-raciais no âmbito da linha de pesquisa diversidade cultural e educação indígena. Rio de Janeiro: Quartet: Leafro, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. Os Protagonistas Anônimos da História: micro história. Rio de Janeiro : Campus, 2002.